



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/2026 EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONTÊINERES (CONTENTORES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS ITEM 01), E PLAYGROUNDS INFANTIS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (PARA OS ITENS 2, 3 E 4), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

**AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS
MUNICÍPIO DE ALTO FELIZ/RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: Aberto

DA SESSÃO VIRTUAL DO PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS:

DIA: 05 de junho de 2026

HORÁRIO: 09 HORAS E 30 MINUTOS (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO VIRTUAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

ENVIO DE PROPOSTAS: Até às 09 horas e 29 minutos, do dia 05 de junho de 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO FELIZ**, Senhor **ROBES SCHNEIDER**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do **tipo menor preço por item**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE CONTÊINERES (CONTENTORES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS ITEM 01), E PLAYGROUNDS INFANTIS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (PARA OS ITENS 2, 3 E 4), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e em atendimento à Nova Lei de Licitações, Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.

O presente edital e seus anexos poderão ser acessados pelos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.altofeliz.rs.gov.br/licitacoes.

A coordenação do Pregão Eletrônico estará a cargo do Pregoeiro senhor Joelcio de Marqui, que tem como seu suplente a senhora Tatiane Faccin e demais membros da Equipe de Apoio, designados pela Portaria n. 154/2026.

O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, realizarão o certame no sítio eletrônico do Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 05 de junho de 2026, às 09h e 30min, podendo as propostas serem enviados até às 09h e 29min, do mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. OBJETO



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

1.1. O presente edital tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE CONTÊINERES (CONTENTORES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS ITEM 01), E PLAYGROUNDS INFANTIS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (PARA OS ITENS 2, 3 E 4), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, em atendimento à Nova Lei de Licitações, Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, conforme especificações contidas neste edital, no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, anexos deste edital.

Observação 1: O quantitativo informado é mera estimativa para aquisição e serão solicitados conforme a necessidade, sendo objeto de faturamento e pagamento, o quantitativo de objeto entregue.

Observação 2: A empresa que houver apresentado a melhor oferta para o Item 1 deverá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data da comunicação, apresentar amostra do produto ofertado junto à Secretaria Municipal de Obras e Viação, sita à Rua Pedro Thalheimer, esquina com a Rua Albino Jotz e Roberto Scherer, s/nº, Centro, Alto Feliz/RS, CEP 95773-000, para análise e aprovação quanto ao atendimento das especificações do objeto.

Observação 3: Da análise da amostra será emitido laudo ou termo de aprovação ou reprovação, o qual ficará arquivado junto ao processo licitatório.

Observação 4: A adjudicação e homologação do item 1 ficarão condicionadas à aprovação da amostra apresentada.

Observação 5: Os itens referentes aos itens 2, 3 e 4 deverão ser entregues e instalados em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

2. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

a) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

b) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

c) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

d) Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

e) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. DO ENVIO DAS PROPOSTAS



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

3.3.1. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. DA PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de **60 dias**, a contar da data de abertura da sessão pública do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá buscar informações a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

4.2.1. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, até o horário estipulado para o início da sessão, conforme dispõe parte inicial deste Edital.

4.2.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação dos valores unitários e totais ofertados, englobando custos, tributos e demais despesas necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, **até que se encerre a etapa de lances**.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

4.4. Em sendo a proponente, **vencedora da licitação**, a mesma deverá encaminhar no prazo de (02) duas horas, por meio do sistema eletrônico, proposta atualizada de valores devidamente assinadas, conforme modelo constante no Anexo I.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, no prazo de 02 (duas) horas, contadas da classificação.

Obs.: A empresa que não apresentar os documentos no tempo determinado, será inabilitada.

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**;
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente a Certidão de Inscrição Municipal ou Alvará Municipal de Localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS): Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pelo site, dentro do prazo de validade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da Licitante;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a) certidão **Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física/jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

5.1.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Certidão de Registro no CREA/CAU, da empresa licitante e do responsável técnico, em vigor, sendo que os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões cuja circunscrição não seja do Estado do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA/CAU – RS. (Itens 2, 3 e 4)



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

b) Comprovação de aptidão por meio de um atestado de capacidade técnica operacional da empresa licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver a licitante executado com bom desempenho, entregas e instalações similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação. (Itens 2, 3 e 4)

c) Os playgrounds ofertados deverão atender às normas técnicas vigentes aplicáveis, especialmente à ABNT NBR 16071/2012 e suas atualizações;

d) A licitante deverá apresentar certificado, laudo técnico, ensaio ou documento equivalente emitido por laboratório, organismo certificador ou entidade competente, comprovando o atendimento à ABNT NBR 16071/2012.

5.1.5. DECLARAÇÃO CONJUNTA

a) Declaração que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; (Anexo II)

b) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (Anexo II)

c) Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas; (Anexo II)

d) Declaração que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; (Anexo II)

5.2. Todas as declarações de que tratam as alíneas acima deverão ser devidamente assinadas pelo sócio da empresa, ou seu representante legal ou procurador, desde que seja anexada a respectiva procuração que outorgue poderes específicos para o ato.

5.3. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, desde que necessária à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas **de natureza formal** que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Parágrafo único. A Administração poderá promover diligência para complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documento que não comprove condição preexistente à data da sessão, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

6. DAS VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.1.1. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3. deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

d) Os lances deverão ser efetuados, obrigatoriamente, no valor de cada item, sendo a diferença mínima entre lances de R\$ 100,00 (cem reais).

8.8. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

8.9. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, a Administração, a critério, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.10. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, **durará 10 (dez) minutos** e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.2.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será **de dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

9.3. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.3.1. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.4. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez)** minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro)** horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Alto Feliz/RS.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam o item 3 deste Edital;

10.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até **5% (cinco por cento)** à proposta de menor valor.

10.2.1. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de **05 (cinco)** minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1, deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.3. O disposto no item 10.2, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial, tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.4. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

10.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.3. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam o item 5, serão examinados pelo pregoeiro, e equipe de apoio.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em **5 (cinco) dias úteis**, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. DOS RECURSOS

13.1. Qualquer empresa licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, cujo prazo será de **10 (dez) minutos** após a abertura do prazo no sistema eletrônico, pela Pregoeiro.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

13.1.1. Tendo a licitante manifestado a intenção, lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1.1. do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo **máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, o Município convocará o(s) proponente(s) classificado(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21.

15.1.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

15.2. Se dentro do prazo a convocada não assinar a ata de registro de preços, a Administração convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste Edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades prevista neste Edital.

15.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

15.4 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. No caso de prorrogação da vigência, as quantidades registradas poderão ser renovadas em sua totalidade, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as demais condições do edital e da ata.

a) *Comprovação da vantajosidade econômica através de pesquisa atualizada de mercado;*

b) *Manifestação de interesse da Administração e aceite do fornecedor registrado;*

c) *Existência de previsão de recursos orçamentários para o novo período;*

d) *Assinatura do termo de prorrogação dentro do prazo de vigência da ata original*

15.5. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à contratação, constituindo-se em documento vinculativo e obrigacional para futuras e eventuais aquisições, conforme a necessidade do Município de Alto Feliz/RS, durante o prazo de sua vigência.

15.6. O prestador poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado se torna superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória. Nessa hipótese, havendo aprovação para o cancelamento do registro, não se aplicará penalidade.

15.7. Cancelado o registro, nos termos do subitem 15.6, o Município poderá convocar os demais prestadores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

15.8. O fornecimento do objeto, será conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento.

15.9. A licitante deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, decorrente da presente licitação, as condições de habilitação consignadas neste Edital e em seus anexos, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.

16. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

16.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.1.2. Mesmo se comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

16.1.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela **CONTRATANTE**, o proponente registrado será convocado pela **CONTRATANTE** para a devida alteração do valor registrado em Ata.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO PROPONENTE

17.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- b) Não retirar o pedido, a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d) Estiverem presentes razões de interesse público.
- e) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
- f) Quando for caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.
- g) Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, nos termos do item 17.5, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

17.2. Em qualquer das hipóteses do item 17.1, concluído o processo, a **CONTRATANTE** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará às proponentes a nova ordem de registro.

17.3. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

17.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18. DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

b) Quando não restarem fornecedores registrados.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A Administração Municipal exercerá a fiscalização do fornecimento dos bens, podendo solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, informações e documentos necessários ao acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços e das Autorizações de Fornecimento.

19.2. No desempenho de suas atribuições, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar o fiel cumprimento das condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nas respectivas Autorizações de Fornecimento.

19.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo correto e integral cumprimento das obrigações assumidas, nem por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

19.4. Caberá à fiscalização exercer controle quanto à quantidade, qualidade, especificações técnicas, prazos de entrega e demais condições do fornecimento dos bens, assegurando a observância da legislação aplicável e das disposições do presente instrumento.

19.5. Constatada qualquer irregularidade no cumprimento da Ata de Registro de Preços ou das Autorizações de Fornecimento dela decorrentes, a fiscalização adotará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste instrumento.

20. DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

20.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

20.2. Quando o preço de mercado se tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- b) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

20.3. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

20.4. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

20.5. A revisão poderá ocorrer somente após 120 (cento e vinte) dias da formalização da presente ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível.





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, e majoração de seus encargos.

20.5.1. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

20.5.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta. Eventos decorrentes exclusivamente da variação inflacionária serão tratados sob a modalidade de reajustamento. Caso a vigência da Ata de Registro de Preços venha a ser prorrogada por período superior a 12 (doze) meses, será admitido o reajuste dos preços registrados com base na variação do IPCA ocorrida no período, em conformidade com a legislação vigente e mediante comprovação da vantajosidade econômica.

20.5.3. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

20.5.4. Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de Alto Feliz, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

21.1.1. Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

21.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

21.2. O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

21.2.1. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

21.3. Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

21.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

21.5. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado em um prazo de até 10 (dez) dias úteis, com recebimento firmado pela respectiva Secretária Municipal, que atestará a conformidade do valor com o valor o objeto executado pela Empresa, mediante depósito bancário na conta informada pela contratada.

22.2. O contratado, quando do faturamento dos bens, deverá observar o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 assim como a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 no que se refere ao Imposto de Renda e Decreto Municipal nº 1837/2022.

22.3. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

22.4. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da Lei.

22.5. Nos preços ofertados pela Contratada estão inclusos todos os custos diretos e indiretos sobre o objeto licitado, isentando a Contratante de quaisquer ônus adicionais.

22.6. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados **pro rata die**, até o efetivo pagamento.

23. DA EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

23.1. O fornecimento dos bens deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

23.2. O prazo de entrega e instalação dos itens será de até 20 (vinte) dias, contados do envio da nota de empenho.

23.3. Os bens deverão ser entregues e instalados nos locais indicados pelas Secretarias requisitantes.

23.4. Em relação ao **Item 1**, o produto será submetido à entrega e aprovação de amostra. Após aprovação, a Secretaria de Obras e Viação autorizará a entrega dos demais itens empenhados e indicará a cor desejada do produto.

23.5. Em relação aos **Itens 2, 3 e 4**, deverão ser entregues e instalados em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

23.6. Os materiais deverão ser adequadamente acondicionados, garantindo sua integridade e segurança durante o transporte, sendo de responsabilidade da contratada quaisquer danos decorrentes do deslocamento ou manuseio.

23.7. A garantia seguirá os prazos legais aplicáveis a cada produto.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

23.8. A garantia será prestada visando manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Administração.

23.9. Caso o bem apresente vício ou defeito durante o período de garantia, a contratada deverá realizar a substituição por outro novo, de primeiro uso, original e com padrão de qualidade e desempenho igual ou superior ao fornecido inicialmente.

23.10. Uma vez notificada, a contratada deverá realizar a reparação ou substituição do bem ou peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da retirada do item das dependências da Administração ou da comunicação formal da irregularidade.

23.11. Na hipótese de reparação ou substituição, a contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização provisória pela Administração, garantindo a continuidade dos serviços.

23.12. O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade da contratada.

23.13. A nota fiscal deverá ser apresentada por ocasião da entrega e instalação dos itens.

23.14. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme as condições estabelecidas no edital e na ata de registro de preços ou instrumento equivalente;
- b) Fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor designado;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- d) Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto;
- e) Assegurar as condições necessárias para o regular cumprimento das obrigações da contratada.

23.15. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer e instalar os itens conforme especificações, quantidades, condições e prazos estabelecidos no edital e Termo de Referência;
- b) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto;
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual;
- d) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os itens que apresentarem vícios, defeitos ou desconformidades;
- e) Arcar com os custos de transporte, entrega, instalação e substituição dos itens, inclusive durante o período de garantia;
- f) Disponibilizar todos os materiais, acessórios, equipamentos e mão de obra necessários à adequada instalação dos itens;
- g) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- h) Cumprir as normas de segurança do trabalho e demais exigências legais aplicáveis;
- i) Garantir a qualidade e perfeito funcionamento dos bens fornecidos;
- j) Substituir os itens rejeitados pela fiscalização no prazo estabelecido pela Administração.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

24.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 24.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 24.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

24.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 24.2 do presente Edital.

24.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada se houver, ou será cobrada judicialmente.

24.5. A aplicação das sanções previstas no item 24.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

24.6. Na aplicação da sanção prevista no item 24.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 24.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.7.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

24.8. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

24.11. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 24.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

25 DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

25.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até **(03) três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, por meio do seguinte endereço eletrônico:

compras@altofeliz.rs.gov.br ou pelo site: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

25.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

26.1. As alterações quantitativas previstas no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderão ser aplicadas aos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços, observados os limites legais e as condições estabelecidas na legislação vigente.

26.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

26.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e alterações.

26.4. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

- a) os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- b) os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- c) nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

26.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Feliz/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

26.6. Integram este edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo de Formulário padrão de Proposta;

ANEXO II – Modelo de Declaração Conjunta;

ANEXO III – Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

27. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

27.1. Os interessados poderão obter informações complementares e esclarecimentos sobre o presente edital, na Prefeitura Municipal de Alto Feliz, à Rua Eugênio Kuhn, 300, Centro, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13 horas às 17 horas, ou pelo e-mail: compras@altofeliz.rs.gov.br ou pelo fone/whats (51)3445-2704.

27.2. E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado nos sites <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e <http://www.altofeliz.rs.gov.br>, bem como seu extrato publicado no Diário Oficial da FAMURS.

Alto Feliz – RS, 18 de maio de 2026.

Robes Schneider
Prefeito Municipal

Daniel Nienow
Assessor Jurídico
OAB/RS nº 51.412



Prefeitura Municipal de Alto Feliz
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE
PREÇOS Nº 025/2026

ANEXO I

MODELO DE FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa _____
Endereço _____
CNPJ/MF/Nº _____ Insc. Estadual: _____
Fone: _____
E-mail: _____
Data da abertura: 05/06/2026 Horário: 09:30

Declaramo-nos de pleno acordo com os termos e condições do Edital na modalidade **Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 025/2026**, referente a **AQUISIÇÃO DE CONTÊINERES (CONTENTORES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS ITEM 01), E PLAYGROUNDS INFANTIS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (PARA OS ITENS 2, 3 E 4), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, em atendimento à Nova Lei de Licitações, Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, conforme estabelecido no Edital, especificamente no Termo de Referência e Estudo Técnico e conforme abaixo especificado:

Item	Un	Quant	Especificação do Objeto	Valor Un	Valor Total
01	Un	100	Contentor (contêiner) de quatro rodas com as seguintes características: Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), resistente a ação de raios ultravioletas (com proteção anti-UV); Produzido pelo processo de injeção ou pelo processo de rotomoldagem; Rodas de borracha maciça giratórias de 200 mm de diâmetro, sendo que, no mínimo em 02 (duas) rodas deverão conter travas de segurança; Contornos arredondados; Tampa com design para facilitar o escoamento da água da chuva; Munhão para basculamento lateral em caminhões de coleta urbana; Dreno de líquidos com coletor; Capacidade de 1000 L/400 kg; Peso aproximado 14,5 kg; Altura aproximada 1360 mm; Largura aproximada 1355 mm;	R\$	R\$
02	Un	03	Playground com Estrutura principal confeccionada em colunas de madeira plástica com reforço interno medindo 9 x 9 cm, com cantos arredondados e	R\$	R\$

Assinado por: _____
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://altofeliz.1doc.com.br/verificacao/2019-cf78-4f81-1E54> e informe o código 2019-CF78-4F81-1E54





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

		<p>acabamento em polipropileno e polietileno pigmentado na cor itaúba, ferragens galvanizadas a fogo e pintura eletrostática, com certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto entregue atende as normas técnicas de ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro</p> <p>2 Plataformas medindo 1,06 x 1,06 m com estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 30 x 40 mm espessura 1,5 mm, com assoalho em tábua de madeira plástica 136 x 30 mm cor itaúba, altura do chão até a plataforma de 1,20</p> <p>2 Cobertura superior para parquinho, em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, 1,30 m x 1,30 x 0,65 m em polietileno rotomoldado, cores vivas diversas</p> <p>1 Tobogã em polietileno rotomoldado, composto por duas curvas de 90 graus, medindo 3,00 m de comprimento e 0,75 m de diâmetro, fixado a torre com flanges em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 1,06 x 0,98 m, com todos os parafusos de fixação escondidos por tampas em plásticos injetado e seção de saída em polietileno rotomoldado parede dupla fixada ao solo</p> <p>1 Rampa de cordas com estrutura de tubo de 1/2 " #18, com cordas de nylon de 14 mm e junção em plástico injetado colorido, medindo 0,80 x 1,80 m, com inclinação de 40° 1 Escorregador reto em polietileno rotomoldado, medindo 2,7 m de comprimento e 0,50 m de largura externa, sendo a largura interna no mínimo 40 cm, com abas de no mínimo 15 cm interna, e desaceleração de no mínimo 50 cm, com acabamento arredondado no final da pista com 1 Balanço fixado a torre. Com um assento aberto em polietileno, suspenso por correntes galvanizadas;</p> <p>Estrutura em aço tubular com</p>		
--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

			<p>diâmetro de 42,4 mm, sem ângulos retos;</p> <p>dois assentos com dimensão de 460 mm x 225 mm de polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido com encaixe de fixação.</p> <p>1 Escada de 5 a 7 degraus, com estrutura em tubo 30 x 50 mm 1#, e corrimão em tubo 1" #14, medindo 2,00 x 0,76 m, com degraus em madeira plástica 60 x 13,6 x 3 cm com reforço na parte inferior.</p> <p>1 Passarela curvada positiva (côncava) com dimensão 1950 mm x 820 mm de largura com assoalho de madeira plástica cor itaúba;</p> <p>guarda corpo (corrimão convexa) estrutura tubular de aço galvanizado, com tubos horizontais diâmetro de 1 polegada e parede de 1,95 mm, barras verticais de diâmetro 3/8 de polegada pintura eletrostática cor colorido.</p> <p>1 Rampa de tacos (com pega mão de segurança no esteio da torre),</p> <p>7 tacos, dimensão 1760 mm de comprimento x 790 mm de largura, Assoalho em madeira plástica com 30 mm de espessura na cor Itaúba; estrutura de metal aço galvanizado perfil tubular Quadrado 30 mm x 30 mm e parede com 2 mm de espessura.</p>		
03	Un	03	<p>Playground com Estrutura Principal Confeccionada em Colunas De Madeira Plástica Com Reforço Interno Medindo 9 x 9 cm, Com Cantos Arredondados E Acabamento Em Polipropileno E Polietileno Pigmentado Na Cor Itaúba, Ferragens Galvanizadas A Fogo E Pintura Eletrostática, Com Certificado De Conformidade Com As Normas Da Associação Brasileira De Normas Técnicas (ABNT), Comprovando que o Produto Entregue Atende As Normas Técnicas De ABNT E NBR 16.071. Certificado Emitido Por Laboratório Acreditado Pelo Inmetro.</p> <p>3 Plataformas Medindo 1,06 X 1,06 m Com Estrutura Metálica Cantoneira Galvanizada A Fogo Medindo 30 x 40 mm Espessura 1,5 mm, Com Assoalho Em</p>	R\$	R\$



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

		<p>Tábua De Madeira Plástica 136 x 30 mm Cor Itaúba, Altura Do Chão Até A Plataforma De 1,20.</p> <p>2 Cobertura Superior Para Parquinho, Em Plástico Rotomoldado, Em Formato Redondo Em Polietileno Rotomoldado, Cores Vivas Diversas.</p> <p>1 Tobogã Em Polietileno Rotomoldado, Composto Por Duas Curvas De 90 Graus, medindo 3,00 m De Comprimento E 0,75 m De Diâmetro, Fixado A Torre Com Flanges Em Polietileno Rotomoldado Parede Dupla, medindo 1,06 x 0,98 m, Com Todos Os Parafusos De Fixação Escondidos Por Tampas Em Plásticos Injetado E Seção De Saída Em Polietileno Rotomoldado Parede Dupla Fixada Ao Solo.</p> <p>1 Tubo Reto Horizontal 2000 mm Com Diâmetro Interno De 750 mm Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido; Duas Flange (Painel) Medida Externa 940 mm x 1020 mm Com Furo Central De 750mm em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido.</p> <p>1 Coqueiro: Cobertura Superior Em Plástico Rotomoldado, Formato De Coqueiro Com 8 Folhas, Suporte De Fixação Em Aço Galvanizado.</p> <p>1 Escorregador Espiral (Caracol) Com Seção De Deslizamento De 3700mm De Comprimento E Largura De 540mm, Vista Superior Com Diâmetro Externo De 1600mm X 1900mm Altura Em Fibra De Vidro Cor Colorido. Tubo De Sustentação Em Aço Galvanizado Com Diâmetro De 4 Polegadas Parede De 2mm Comprimento De 1900mm.</p> <p>01 Patamar (Deck Auxiliar) Em Madeira De Plástica Com Medidas De 861mmx710mm Cor Itaúba;</p> <p>2 Guarda Corpo Com Dimensão 800mmx900mm Em Tudo De Metal Com Travessas Verticais Barra De Acesso Tubo Metálico Galvanizado Com Diâmetro De 1.1/4 Polegada X 1.5mm De Parede X 765 De Comprimento.</p> <p>1 Escorregador Duplo Com Dimensão De 2600mm De Comprimento X 900mm De Largura Com Cada Seção De</p>	
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

			<p>Deslizamento De 390mm E De Largura Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido; Barra Transversal De Segurança Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido.</p> <p>1 Rampa De Escalada Curvada, Confeccionada Em Polietileno Rotomoldado Parede Dupla Medindo 1,60 x 0,60 cm com 6 Degraus. 1 Escorregador Curvo Em Plástico Rotomoldado Medindo No Mínimo 2,5 m X 59 cm, Seção De Deslizamento Mínima De 2,50 X 48 cm De Largura, Com Portal De Segurança Em Plástico Rotomoldado. 1 Tubo Curvo 90o Para Ligação Com Diâmetro Interno De 750 mm Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido;</p> <p>2 Flange (Painel) Medida Externa 940 X 1020 mm Com Furo Central De 750 mm Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido</p> <p>1 Fechamento (Guarda-Corpo) Medindo No Mínimo 85 cm De Comprimento X 75 cm De Largura, Em Plástico Rotomoldado</p>		
04	Un	03	<p>Playground com Estrutura principal confeccionada em colunas de madeira plástica com reforço interno medindo 9 x 9 cm, com cantos arredondados e acabamento em polipropileno e polietileno pigmentado na cor itaúba, ferragens galvanizadas a fogo e pintura eletrostática, com certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto entregue atende as normas técnicas de ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro:</p> <p>4 Plataformas medindo 1,06 x 1,06 m com estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 30 x 40 mm espessura 1,5 mm, com assoalho em tábua de madeira plástica 136 x 30 mm cor itaúba, altura do chão até a plataforma de 1,20.</p> <p>4 Coberturas superior para parquinho, em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, 1,30 m x 1,30 x 0,65 m em polietileno rotomoldado, cores vivas diversas.</p>		



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

		<p>2 Rampas de escada curvada, confeccionada em polietileno rotomoldado parede dupla medindo 1,60 x 0,60 cm com 6 degraus.</p> <p>1 Tubo reto horizontal 2000 mm com diâmetro interno de 750 mm em polietileno rotomoldado cor colorido; duas flange (painel) medida externa 940 mm x 1020 mm com furo central de 750 mm em polietileno rotomoldado cor colorido.</p> <p>1 Passarela curvada positiva (côncava) com dimensão 1950 mm x 820 mm de largura com assoalho de madeira plástica cor itaúba; guarda corpo (corrimão convexa) estrutura tubular de aço galvanizado, com tubos horizontais diâmetro de 1 polegada e parede de 1,95 mm, barras verticais de diâmetro 3/8 de polegada pintura eletrostática cor colorido</p> <p>1 Passarela reta com dimensão 1950 mm x 820 mm de largura com Assoalho de madeira plástica cor itaúba; guarda corpo (corrimão) estrutura tubular de aço galvanizado, com tubos Horizontais diâmetro de 1 polegada e parede de 1,95 mm, tubos Verticais de diâmetro 5/8 de polegada pintura eletrostática cor Colorido</p> <p>1 Escorregador duplo com dimensão de 2600 mm de comprimento x 900 mm de largura com cada seção de deslizamento de 390 mm e de largura em polietileno rotomoldado cor colorido; Barra transversal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido.</p> <p>1 Tobogã em polietileno rotomoldado, composto por duas curvas de 90 graus, medindo 3,00 m de comprimento e 0,75 m de diâmetro, fixado a torre com flanges em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 1,06 x 0,98 m, com todos os parafusos de fixação escondidos por tampas em plásticos injetado e seção de saída em polietileno rotomoldado parede dupla fixada ao solo.</p> <p>1 Escada de acesso de 5 a 7 degraus, com estrutura em tubo 30 x 50 mm 1#, e corrimão em turbo 1" #14, medindo 2,00 x 0,76 m, com degraus em madeira plástica</p>	
--	--	---	--



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

		<p>60 x 13, 6 x 3 cm com reforço na parte inferior.</p> <p>1 Rampa de cordas com estrutura de tubo de 1/2 " #18, com cordas de nylon de 14 mm e junção em plástico injetado colorido, medindo 0,80 x 1,80 m, com inclinação de 40°</p> <p>2 Escorregador reto em polietileno rotomoldado, medindo 2,7 m de comprimento e 0,50 m de largura externa, sendo a largura interna no mínimo 40 cm, com abas de no mínimo 15 cm interna, e desaceleração de no mínimo 50 cm, com acabamento arredondado no final da pista. 1 Balanço Duplo fixado a torre. Com dois assentos aberto em polietileno, suspenso por correntes galvanizadas; Estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,4 mm, sem ângulos retos; dois assentos com dimensão de 460 mm x 225 mm de polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido com encaixe de fixação.</p>		
--	--	---	--	--

Valor por extenso: _____

Validade da Proposta: 60 dias

Assinatura do Representante Legal da Empresa





Prefeitura Municipal de Alto Feliz
PROCESSO LICITATORIO Nº 227/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE
PREÇOS Nº 025/2026

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Proc. Nº 227/2026

Pregão Eletrônico – Registro de Preços: 025/2026

DECLARAÇÃO CONJUNTA

_____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para todos os fins e efeitos da Lei Federal nº 14.133/2021, sob as penalidades cabíveis, responsabilizando-se pelo inteiro teor desta declaração, que:

a) Declaração que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;

d) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Alto Feliz, em _____ de _____ de _____.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





Prefeitura Municipal de Alto Feliz
PROCESSO LICITATORIO Nº 227/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE
PREÇOS Nº 025/2026

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS

Município de Alto Feliz/RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

No presente estudo foi procedida à análise detalhada da necessidade e à identificação no mercado da melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

DEFINIÇÃO DO OBJETO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente instrumento tem por objetivo a aquisição de contêineres de lixo (Item 1) e Playground infantil (Item 2,3 e 4). A aquisição de contêineres de lixo e playgrounds infantis são ações que podem parecer simples, mas têm um impacto profundo no cotidiano da população. Ambas as iniciativas não só contribuem para a saúde pública e o bem-estar das crianças, mas também fortalecem a infraestrutura urbana, tornando a cidade mais organizada, segura e agradável para se viver.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo. O valor estimado total da contratação conforme valor médio é **R\$ 368.245,50**.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

Trata-se de aquisição de bem comum com entrega parcelada conforme a necessidade da Administração Municipal, pelo período de 12 meses, podendo ser renovada por igual período.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico deste Termo de Referência e ETP.

O objeto da aquisição deste objeto está previsto no Plano Anual de Contratações do exercício de 2026, pois é de fundamental importância para a Secretaria de Obras e Viação e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, modalidade registro de preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item.

Os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a





Prefeitura Municipal de Alto Feliz
título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**;
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente a Certidão de Inscrição Municipal ou Alvará Municipal de Localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS): Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pelo site, dentro do prazo de validade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da Licitante;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a) certidão **Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física/jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Certidão de Registro no CREA/CAU, da empresa licitante e do responsável técnico, em vigor, sendo que os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões cuja circunscrição não seja do Estado do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA/CAU – RS. (Itens 2, 3 e 4)
- b) Comprovação de aptidão por meio de um atestado de capacidade técnica operacional da empresa licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver a licitante executado com bom desempenho, entregas e instalações similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação. (Itens 2, 3 e 4)
- c) Os playgrounds ofertados deverão atender às normas técnicas vigentes aplicáveis especialmente à ABNT NBR 16071/2012 e suas atualizações;
- d) A licitante deverá apresentar certificado, laudo técnico, ensaio ou documento equivalente emitido por laboratório, organismo certificador ou entidade competente, comprovando atendimento à ABNT NBR 16071/2012.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega ou instalação é de 20 dias, contados do envio da nota de empenho.

Os bens deverão ser entregues e instaladas de acordo com os locais indicados pelas secretarias. No Item 1 o produto será submetido a entrega e aprovação de uma amostra. Sendo esta aprovada a Secretaria de Obras estará autorizando a entrega dos demais itens empenhados e ainda indicando a cor desejada do produto. Em relação aos Itens 2,3 e 4, o item deverá ser entregue e instalado em local indicado pela Secretaria da Educação Cultura e Desporto

A garantia seguirá os prazos legais de cada produto

A garantia será prestada com vistas a manter o item fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

Caso o bem apresente vício ou defeito no período de vigência da garantia, deverão ser substituídos por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento ou do bem licitados.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do bem ou peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 48h (quarenta e oito), contados a partir da data de retirada do item das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

O custo referente ao transporte do item coberto pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante do licitante contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato será acompanhada pelo Gestor e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, ou pelo seu substituto.

O Gestor será responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e caberá a(o) secretária(o) Douglas Schneider. A função de Fiscal do Contrato será de





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

responsabilidade da(o) servidor(o) Marcia Brambila e Rudimar Rauber.

O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termos de Referência e ETP.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato solicitará ao responsável para que proceda a notificação, informando os fatos que consistem na irregularidade, prazo para regularização, se for o caso, e medidas pretendidas.

O fiscal do contrato informará ao requisitante (secretário), em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao requisitante (secretário).

A Secretaria solicitante, comunicará ao setor de compras em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

O Setor de Compras verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, as garantias de execução do contrato por ocasião da celebração deste, e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. As questões envolvendo empenho, pagamento, glosas e aplicação da garantia em decorrência do descumprimento contratual devem ter a iniciativa da Secretaria requisitante.

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o Setor Solicitante atuará tempestivamente na solução do problema, contatando a empresa e solicitando informações ao setor jurídico.

O Setor de Compras coordenará o registro administrativo do contrato, inclusive quanto às alterações e prorrogações contratuais.

A Secretaria Municipal solicitante, emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, bem como quanto a eventuais penalidades aplicadas e atendimento às obrigações contratuais para cadastro do atestado.

A solicitação de abertura do processo administrativo será requisitada pelo Secretário requisitante quando não atendidas as condições técnicas na execução contratual.

A Autoridade Superior tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções. Quando pertinente, solicitará que seja conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os bens poderão ser recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) fiscal do contrato ou servidor designado para o recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou corrigidos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

Após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue ou do serviço realizado, poderá ser dado o recebimento definitivo.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado em um prazo de até 10 (dez) dias úteis.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão eletrônico, na modalidade registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de quantidades baseia-se na demanda apresentada pela requisitante.

Estima-se para a contratação o valor total de **R\$ 368.245,50** conforme média obtida a partir de consulta a fornecedor e processos homologados.

ITEM 1

Contentor (contêiner) de quatro rodas com as seguintes características: Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), resistente a ação de raios ultravioletas (com proteção anti-UV); Produzido pelo processo de injeção ou pelo processo de rotomoldagem; Rodas de borracha maciça giratórias de 200 mm de diâmetro, sendo que, no mínimo em 02 (duas) rodas deverão conter travas de segurança; Contornos arredondados; Tampa com design para facilitar o escoamento da água da chuva; Munhão para basculamento lateral em caminhões de coleta urbana; Dreno de líquidos com coletor; Capacidade de 1000 L/400 kg; Peso aproximado 14,5 kg; Altura aproximada 1360 mm; Largura aproximada 1355 mm;



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

Observação: As medidas e pesos indicados possuem caráter aproximado e referencial, admitindo-se variações compatíveis com o padrão de fabricação do produto, desde que mantidas a capacidade, resistência, funcionalidade e compatibilidade com coleta mecanizada urbana, sem prejuízo à finalidade da contratação.

Nome da empresa	CNPJ	VALOR UNITÁRIO	Quantidade	VALOR TOTAL
CITY CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	48.256.518/0 001-17	R\$1.880,00	100	R\$188.000,00
Valor Homologação Alto Feliz Registro de Preços: 26/2025	-	R\$1.039,00	100	R\$103.900,00

COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELLI	173			
---	-----	--	--	--

Média total do item: R\$ 145.950,00 Média unitária: R\$ 1.459,50

ITEM 2

Playground com Estrutura principal confeccionada em colunas de madeira plástica com reforço interno medindo 9x9cm, com cantos arredondados e acabamento em polipropileno e polietileno pigmentado na cor itaúba, ferragens galvanizadas a fogo e pintura eletrostática, com certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto entregue atende as normas técnicas de ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro

2 Plataformas medindo 1,06 x1,06m com estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 30x40mm espessura 1,5mm, com assoalho em tábua de madeira plástica 136x30mm cor itaúba, altura do chão ate o a plataforma de 1,20

2 Cobertura superior para parquinho, em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, 1,30m x1,30 x 0,65m em polietileno rotomoldado, cores vivas diversas

1 Tobogã em polietileno rotomoldado, composto por duas curvas de 90 graus, medindo 3,00m de comprimento e 0,75m de diâmetro, fixado a torre com flanges em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 1,06x0,98m, com todos os parafusos de fixação escondidos por tampas em plásticos injetado e seção de saída em polietileno rotomoldado parede dupla fixada ao solo

1 Rampa de cordas com estrutura de tubo de 1/2 " #18, com cordas de nylon de 14mm e junção em plástico injetado colorido, medindo 0,80x1,80m, com inclinação de 40°

1 Escorregador reto em polietileno rotomoldado, medindo 2,7m de comprimento e 0,50m de largura externa, sendo a largura interna no mínimo 40cm, com abas de no mínimo 15cm interna, e desaceleração de no mínimo 50cm, com acabamento arredondado no final da



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

pista com

1 Balanço fixado a torre. Com um assento aberto em polietileno, suspenso por correntes galvanizadas; Estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,4mm, sem ângulos retos; dois assentos com dimensão de 460mm x 225mm de polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido com encaixe de fixação.

1 Escada de 5 a 7 degraus, com estrutura em tubo 30x50mm 1#, e corrimão em turbo 1" #14, medindo 2,00x0,76m, com degraus em madeira plástica 60x13, 6x3cm com reforço na parte inferior.

1 Passarela curvada positiva (côncava) com dimensão 1950mm x 820mm de largura com assoalho de madeira plástica cor itaúba; guarda corpo (corrimão convexa) estrutura tubular de aço galvanizado, com tubos horizontais diâmetro de 1 polegada e parede de 1,95 mm, barras verticais de diâmetro 3/8 de polegada pintura eletrostática cor colorido.

1 Rampa de tacos (com pega mão de segurança no esteio da torre), 7 tacos, dimensão 1760mm de comprimento x 790mm de largura, Assoalho em madeira plástica com 30 mm de espessura na cor Itaúba; estrutura de metal aço galvanizado perfil tubular Quadrado 30mmx30mm e parede com 2mm de espessura.

Nome da empresa	CNPJ	VALOR UNITÁRIO	Quantidade	VALOR TOTAL
MÓVEIS CACIQUE	29685289000 101	R\$16.999,00	3	R\$50.997,00
Valor Homologação Alto Feliz Registro de Preços: 26/2025	-	R\$11.200,00	3	R\$33.600,00

Média total do item: R\$ 42.298,50 Média unitária: R\$ 14.099,50

ITEM 3

Playground com Estrutura Principal Confeccionada em Colunas De Madeira Plástica Com Reforço Interno Medindo 9x9cm, Com Cantos Arredondados E Acabamento Em Polipropileno E Polietileno Pigmentado Na Cor Itaúba, Ferragens Galvanizadas A Fogo E Pintura Eletrostática, Com Certificado De Conformidade Com As Normas Da Associação Brasileira De Normas Técnicas (Abnt), Comprovando Que O Produto Entregue Atende As Normas Técnicas De Abnt E Nbr 16.071. Certificado Emitido Por Laboratório Acreditado Pelo Inmetro.

3 Plataformas Medindo 1,06 X1,06m Com Estrutura Metálica Cantoneira Galvanizada A Fogo Medindo 30x40mm Espessura 1,5mm, Com Assoalho Em Tábua De Madeira Plástica 136x30mm Cor Itaúba, Altura Do Chão Até O A Plataforma De 1,20.

2 Cobertura Superior Para Parquinho, Em Plástico Rotomoldado, Em Formato Redondo Em Polietileno Rotomoldado, Cores Vivas Diversas.

1 Tobogã Em Polietileno Rotomoldado, Composto Por Duas Curvas De 90 Graus, Medindo 3,00m De Comprimento E 0,75m De Diâmetro, Fixado A Torre Com Flanges Em Polietileno





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

Rotomoldado Parede Dupla, Medindo 1,06x0,98m, Com Todos Os Parafusos De Fixação Escondidos Por Tampas Em Plásticos Injetado E Seção De Saída Em Polietileno Rotomoldado Parede Dupla Fixada Ao Solo.

1 Tubo Reto Horizontal 2000mm Com Diâmetro Interno De 750mm Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido; Duas Flange (Painel) Medida Externa 940mmx 1020mm Com Furo Central De 750mm em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido.

1 Coqueiro: Cobertura Superior Em Plástico Rotomoldado, Formato De Coqueiro Com 8 Folhas, Suporte De Fixação Em Aço Galvanizado.

1 Escorregador Espiral (Caracol) Com Seção De Deslizamento De 3700mm De Comprimento E Largura De 540mm, Vista Superior Com Diâmetro Externo De 1600mm X 1900mm Altura Em Fibra De Vidro Cor Colorido. Tubo De Sustentação Em Aço Galvanizado Com Diâmetro De 4 Polegadas Parede De 2mm Comprimento De 1900mm. 01 Patamar (Deck Auxiliar) Em Madeira De Plástica Com Medidas De 861mmx710mm Cor Itaúba; 2 Guarda Corpo Com Dimensão 800mmx900mm Em Tudo De Metal Com Travessas Verticais Barra De Acesso Tubo Metálico Galvanizado Com Diâmetro De 1.1/4 Polegada X 1.5mm De Parede X 765 De Comprimento.

1 Escorregador Duplo Com Dimensão De 2600mm De Comprimento X 900mm De Largura Com Cada Seção De Deslizamento De 390mm E De Largura Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido; Barra Transversal De Segurança Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido.

1 Rampa De Escalada Curvada, Confeccionada Em Polietileno Rotomoldado Parede Dupla Medindo 1,60x0,60cm Com 6 Degraus.

1 Escorregador Curvo Em Plástico Rotomoldado Medindo No Mínimo 2,5m X 59cm, Seção De Deslizamento Mínima De 2,50 X 48cm De Largura, Com Portal De Segurança Em Plástico Rotomoldado.

1 Tubo Curvo 90º Para Ligação Com Diâmetro Interno De 750mm Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido; 2 Flange (Painel) Medida Externa 940 X 1020mm Com Furo Central De 750mm Em Polietileno Rotomoldado Cor Colorido

1 Fechamento (Guarda-Corpo) Medindo No Mínimo 85cm De Comprimento X 75cm De Largura, Em Plástico Rotomoldado

Nome da empresa	CNPJ	VALOR UNITÁRIO	Quantidade	VALOR TOTAL
MÓVEIS CACIQUE	29685289000 101	R\$34.999,00	3	R\$104.997,00
Valor Homologação Alto Feliz Regisstro de Preços: 26/2025	-	R\$19.000,00	3	R\$57.000,00

Média total do item: R\$ 80.998,50 Média unitária: R\$ 26.999,50

ITEM 4

Playground com Estrutura principal confeccionada em colunas de madeira plástica com



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

reforço interno medindo 9x9cm, com cantos arredondados e acabamento em polipropileno e polietileno pigmentado na cor itaúba, ferragens galvanizadas a fogo e pintura eletrostática, com certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto entregue atende as normas técnicas de ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro:

4 Plataformas medindo 1,06 x 1,06m com estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 30 x 40 mm espessura 1,5 mm, com assoalho em tábua de madeira plástica 136x30 mm cor itaúba, altura do chão até a plataforma de 1,20.

4 Cobertura superior para parquinho, em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, 1,30m x 1,30 x 0,65m em polietileno rotomoldado, cores vivas diversas.

2 Rampa de escalada curvada, confeccionada em polietileno rotomoldado parede dupla medindo 1,60x0,60 cm com 6 degraus.

1 Tubo reto horizontal 2000 mm com diâmetro interno de 750 mm em polietileno rotomoldado cor colorido; duas flange (painel) medida externa 940 mm x 1020 mm com furo central de 750 mm em polietileno rotomoldado cor colorido. 1 Passarela curvada positiva (côncava) com dimensão 1950 mm x 820 mm de largura com assoalho de madeira plástica cor itaúba; guarda corpo (corrimão convexa) estrutura tubular de aço galvanizado, com tubos horizontais diâmetro de 1 polegada e parede de 1,95 mm, barras verticais de diâmetro 3/8 de polegada pintura eletrostática cor colorido

1 Passarela reta com dimensão 1950 mm x 820mm de largura com Assoalho de madeira plástica cor itaúba; guarda corpo (corrimão) estrutura tubular de aço galvanizado, com tubos Horizontais diâmetro de 1 polegada e parede de 1,95mm, tubos Verticais de diâmetro 5/8 de polegada pintura eletrostática cor Colorido

1 Escorregador duplo com dimensão de 2600mm de comprimento x 900mm de largura com cada seção de deslizamento de 390mm e de largura em polietileno rotomoldado cor colorido; Barra transversal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido.

1 Tobogã em polietileno rotomoldado, composto por duas curvas de 90 graus, medindo 3,00m de comprimento e 0,75m de diâmetro, fixado a torre com flanges em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 1,06x0,98m, com todos os parafusos de fixação escondidos por tampas em plásticos injetado e seção de saída em polietileno rotomoldado parede dupla fixada ao solo.

1 Escada de acesso de 5 a 7 degraus, com estrutura em tubo 30x50mm 1#, e corrimão em turbo 1" #14, medindo 2,00x0,76m, com degraus em madeira plástica 60x13, 6x3cm com reforço na parte inferior 1 Rampa de cordas com estrutura de tubo de 1 1/2 " #18, com cordas de nylon de 14mm e junção em plástico injetado colorido, medindo 0,80x1,80m, com inclinação de 40°

2 Escorregador reto em polietileno rotomoldado, medindo 2,7m de comprimento e 0,50m de largura externa, sendo a largura interna no mínimo 40cm, com abas de no mínimo 15cm interna, e desaceleração de no mínimo 50cm, com acabamento arredondado no final da pista.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

1 Balanço Duplo fixado a torre. Com dois assentos aberto em polietileno, suspenso por correntes galvanizadas; Estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,4mm, sem ângulos retos; dois assentos com dimensão de 460mm x 225mm de polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido com encaixe de fixação

Nome da empresa	CNPJ	VALOR UNITÁRIO	Quantidade	VALOR TOTAL
MÓVEIS CACIQUE	29685289000 101	R\$33.999,00	3	R\$101.997,00
Valor Homologação Alto Feliz Registro de Preços: 26/2025	-	R\$32.000,00	3	R\$96.000,00

Média total do item: R\$ 98.998,50 Média unitária: R\$ 32.999,50

- Médio total soma dos itens: R\$ 368.245,50 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária própria de cada secretaria a ser indicada no momento da execução da nota de empenho.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando-se as cotações realizadas, a demanda a ser atendida e as características dos produtos, a solução mais vantajosa e que mais se adequa às necessidades da Administração é a realização de pregão eletrônico, na modalidade registro de preços, com julgamento pelo menor preço por item, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Tal cenário mostra-se o mais vantajoso para a Administração sob os aspectos de custo-benefício, eficácia, eficiência, segurança e disponibilidade de mercado.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando as características dos itens a serem fornecidos, haverá parcelamento da solução, conforme a necessidade da Administração.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A importância de a administração municipal adquirir contêineres de lixo e playground infantil é significativa, pois impacta diretamente na qualidade de vida da população e no bem-estar da comunidade. Vamos analisar cada um desses pontos:

1. Aquisição de Contêineres de Lixo

A implementação de contêineres adequados para o lixo nas áreas urbanas oferece uma série de benefícios:

- **Melhoria na Coleta e Destinação do Lixo:** Contêineres de lixo são essenciais para organizar a coleta, evitando o acúmulo de lixo nas ruas e áreas públicas. Isso contribui para a limpeza urbana e facilita o trabalho da coleta.
- **Higiene e Saúde Pública:** O lixo mal descartado pode gerar focos de doenças, atraindo roedores, insetos e outros vetores. Contêineres fechados garantem que o lixo não seja espalhado pelo vento ou por animais, contribuindo para a saúde pública.
- **Estética e Conservação Ambiental:** A implementação de contêineres evita a poluição visual e ajuda na preservação do meio ambiente. Áreas limpas e bem cuidadas aumentam a qualidade de vida urbana.
- **Eficiência na Logística de Coleta:** Contêineres adequados e distribuídos





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

estrategicamente facilitam o processo de coleta, reduzindo custos operacionais e otimizing o trabalho dos serviços de limpeza.

2. Aquisição de Playground Infantil

A construção de playgrounds infantis também tem um papel crucial no desenvolvimento da comunidade:

- **Promoção do Desenvolvimento Infantil:** Playground oferece um espaço seguro para as crianças brincarem, socializarem e se desenvolverem fisicamente, emocionalmente e cognitivamente. Brincadeiras como correr, subir, descer e interagir com outras crianças ajudam no desenvolvimento motor e social.
- **Qualidade de Vida e Bem-Estar:** Ambientes de lazer contribuem para o bem-estar da população, oferecendo um espaço onde as famílias podem se reunir e interagir. Isso também pode ajudar a reduzir o estresse nas crianças e fortalecer os laços familiares e comunitários.
- **Segurança e Inclusão Social:** Ter um local público e seguro para as crianças brincarem reduz os riscos de acidentes nas ruas e áreas perigosas. Além disso, promover acessibilidade e a inclusão de crianças com deficiência nesses espaços contribui para uma sociedade mais igualitária.
- **Fomento à Socialização:** Playground serve como um ponto de encontro onde as crianças podem interagir, fazer amizades e desenvolver habilidades sociais.
- **Atração para o Turismo e Melhoria na Imagem da Cidade:** Áreas bem cuidadas com espaços para lazer, como playgrounds, podem se tornar

3. pontos atrativos tanto para os moradores como para os turistas. Isso pode melhorar a imagem da cidade e contribuir para o turismo local.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Trata-se de aquisição rotineira destinada à manutenção regular dos serviços públicos. Não foram identificadas providências prévias relevantes a serem adotadas pela Administração Municipal para a contratação em questão.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Trata-se de contratação independente, cuja finalidade será plenamente atingida com a conclusão do processo licitatório e o cumprimento das disposições contratuais.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação pretendida.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida mostra-se indispensável para o adequado atendimento das necessidades da Administração e da comunidade. Verifica-se a existência de empresas especializadas no mercado aptas ao fornecimento do objeto, conforme demonstram as contratações similares já realizadas pela municipalidade.

Identificou-se como risco a eventual demora na tramitação do processo licitatório para aquisição dos itens.





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

Durante a fase interna e externa do certame, poderão ocorrer oscilações nos preços de mercado, impactando diretamente as estimativas da contratação e podendo resultar na apresentação de propostas com valores superiores aos preços de referência estabelecidos.

A eventual ausência de licitante habilitado para determinado item poderá ocasionar o não atendimento imediato da demanda da Administração.

Nessa hipótese, visando assegurar a continuidade do atendimento das necessidades públicas, poderá ser adotada contratação alternativa do quantitativo necessário, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Alto Feliz, 18 de maio de 2026.

DOUGLAS SCHNEIDER
Secretário de Obras e Viação

MARCIA BRAMBILA
Secretária de Educação, Cultura e Desporto





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/2026 EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos, no **MUNICÍPIO DE ALTO FELIZ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 92.123.926/0001-92, com sede na Rua Eugênio Kuhn 300– Alto Feliz– RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o **Sr. Robes Schneider**, denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e **A EMPRESA**..... pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº..... , com sede na..... , cidade de, Estado de, neste ato representada pelo Sr (a)..... , CPF nº..... , estado civil, endereço, aqui denominada simplesmente **PRESTADOR REGISTRADO**, por este instrumento e na melhor forma de direito, tem entre si justo, resolvem na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pelo Setor Jurídico do Município, que emitiu seu parecer, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE CONTÊINERES (CONTENTORES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS ITEM 01), E PLAYGROUNDS INFANTIS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (PARA OS ITENS 2, 3 E 4), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais.

2. DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. No caso de prorrogação da vigência, as quantidades registradas poderão ser renovadas em sua totalidade, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as demais condições do edital e da ata.

2.1.1. A renovação dos quantitativos prevista no item anterior fica condicionada a:

- a) Comprovação da vantajosidade econômica através de pesquisa atualizada de mercado;*
- b) Manifestação de interesse da Administração e aceite do fornecedor registrado;*
- c) Existência de previsão de recursos orçamentários para o novo período;*
- d) Assinatura do termo de prorrogação dentro do prazo de vigência da ata original.*

2.2 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações ou de redução dos preços praticados no mercado.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

2.3 Mesmo se comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.4 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

2.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- b) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

2.6 Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

2.7 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

2.8 A revisão poderá ocorrer somente após 120 (cento e vinte) dias da formalização da presente ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, e majoração de seus encargos.

2.8.1 – Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

2.8.2 – Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação ou aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária. Esta última insere-se na hipótese de reajustamento de preços, modalidade que somente será admitida neste registro de preços caso a vigência da Ata venha a ser prorrogada por período superior a 12 (doze) meses, nos termos do item 20.5. do Edital, contados da data de apresentação da proposta.

2.8.3 – Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

2.8.4 – Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de Alto Feliz, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria responsável e observará o disposto na Lei nº 14.133/2021 e alterações.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

4.2. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

4.3. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua Compatibilidade com aqueles registrados na ata, promovendo as negociações necessárias ao ajustamento do preço, publicando trimestralmente os preços registrados.

4.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO DA ATA

5.1. Realizar o fornecimento dos itens, bem como a instalação dos equipamentos referentes aos Itens 2, 3 e 4, de acordo com as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na proposta apresentada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do envio da nota de empenho.

5.2. Os itens serão fornecidos de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, devendo a entrega e instalação ocorrer nos locais indicados pelas Secretarias requisitantes.

5.3. Em relação ao item 1, o produto será submetido à entrega e aprovação de amostra. Sendo esta aprovada, a Secretaria Municipal de Obras e Viação autorizará a entrega dos demais itens empenhados e indicará a cor desejada do produto.

5.4. Os produtos deverão possuir garantia conforme os prazos legais aplicáveis.

5.4.1. A garantia será prestada com vistas a manter os itens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Administração.

5.4.2. Caso o bem apresente vício ou defeito durante o período de garantia, deverá ser substituído por outro novo, de primeiro uso e original, com padrão de qualidade e desempenho igual ou superior ao anteriormente fornecido.

5.4.3. Uma vez notificado, o fornecedor deverá realizar a reparação ou substituição do bem ou peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 48h (quarenta e oito horas).

5.4.4. Na hipótese de reparação ou substituição, o fornecedor deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido para utilização provisória pela Administração.

5.4.5. O custo referente ao transporte do item coberto pela garantia será de responsabilidade do fornecedor.

5.5. Atender prontamente às solicitações da Administração decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços.

5.6. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços da presente Ata são os constantes da tabela abaixo:



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

6.2. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial do município de Alto Feliz/RS e divulgados em meio eletrônico.

6.3. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

6.4. Em cada item fornecido, decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital que precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

6.5 – DADOS DO FORNECEDOR REGISTRADO:

Razão Social:	
CNPJ	
Endereço	
E-mail	
telefone	

7. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A critério do Município de Alto Feliz, obedecida a ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preços, será convocado para assinar a presente ata, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata.

7.2. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar a contratação, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, objeto desta licitação, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

7.3. O Município avaliará o mercado constantemente promovendo as negociações necessárias ao ajustamento do preço, publicando trimestralmente os preços registrados.

7.4. Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Município negociará com o prestador sua redução, caso contrário, o signatário da ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

7.4.1. Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o prestador ficará exonerado da aplicação de penalidade.

7.4.2. Cancelados os registros, o Município poderá convocar os demais prestadores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

7.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o Município procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

7.5. O acompanhamento e a fiscalização da contratação, assim como o recebimento e a conferência dos produtos, serão de responsabilidade da secretaria, nos termos do item 19.

7.6. A **CONTRATADA** é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato pelo **Município**, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

Assinado por 1 pessoa: ROBES SCHNEIDER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://altofeliz.1doc.com.br/verificacao/2019-CF78-4F81-1E54> e informe o código 2019-CF78-4F81-1E54





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

7.7. O **Município** não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, nesta Ata/Termo de Referência.

7.8. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da Contratação.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

São condições gerais da contratação:

8.1. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para a execução do objeto, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

9. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

9.1. A Contratada responderá por todo e qualquer dano provocado ao Município, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo Município, obrigando se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

9.1.1. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo Município, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela Contratada, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo Município a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

9.2 Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da Contratada for apresentada ou chegar ao conhecimento do Município, este comunicará a Contratada por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao Município a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela Contratada não a eximem das responsabilidades assumidas perante o Município, nos termos desta cláusula.

9.3 Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do Município, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela Contratada independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao Município, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da Contratada;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do Município.

10. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura discriminando o valor dos produtos entregues, conforme preço apresentado em sua proposta.



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

10.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

10.4. Na fatura deverá constar o número da Ata.

10.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado em um prazo de até 10 (dez) dias úteis, com recebimento firmado pela respectiva Secretária Municipal, que atestará a conformidade do valor com o valor o objeto executado pela Empresa, mediante depósito bancário na conta informada pela contratada.

10.6. A nota fiscal/fatura será emitida pela **Contratada** em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

10.7. Caso a Contratada não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

10.8. O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores das peças fornecidas, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação/substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

10.9. Os pagamentos devidos pelo Município serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada.

10.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, seja relativa à execução do objeto, seja quanto à documentação exigida para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na entrega dos produtos.

10.11. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

10.12. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município plena, geral e irrevogável quitação da remuneração referente aos produtos nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

10.13. O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade junto ao INSS (CND) e junto ao FGTS (CRS).

10.14. As despesas decorrentes da aquisição objeto da presente Ata serão usadas conforme pedido de notas.

11. DAS MULTAS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo Município à Contratada, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez certa, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata/Termo de Referência com



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

de responsabilidade da Contratada e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo Município.

11.2. Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas nesta Ata/Termo de Referência como de responsabilidade da Contratada, o Município poderá reter parcelas de pagamentos ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à Contratada, bem como executar a garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

11.3. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a Contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

11.4 – A inexecução total ou parcial do contrato implica em infrações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

11.5 - A adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

11.5.1 Pelo **atraso injustificado na execução** do objeto desta licitação:

a) Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa

a.1) Após o 10º (décimo) dia, os materiais poderão, a critério da Administração, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no contrato;

11.5.2. Pela inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços ou dos contratos dela decorrentes, aplicar-se-á ao responsável as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

- b.1) Compensatória: no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, cumulada com juros de 1% (um por cento) ao mês, pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após regularmente convocado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- b.2) Moratória: no percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10% (dez por cento), correspondente a 10 (dez) dias de atraso, hipótese que configurará a inexecução parcial ou total e ensejará a rescisão do ajuste;
- b.3) Compensatória por Inexecução: no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do produto ou da parcela não entregue, na hipótese de inadimplência que ultrapasse o prazo estabelecido na alínea "b.2", ensejando a rescisão do ajuste.

c) Impedimento de licitar e contratar: no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Alto Feliz/RS, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.6 O atraso injustificado **durante a entrega dos materiais ou a sua realização de forma incompleta, ou ainda em desconformidade com as condições avençadas**, acarretará



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

aplicação de multa de 0,5% (meio por cento), por dia e por ocorrência, sobre o valor total da contratação, limitada sua aplicação até o máximo de 05 (cinco) dias ou de 05 (cinco) ocorrências, o que ocorrer primeiro.

11.7 Após configurada a aplicação 05 (cinco) penalidades estará configurada a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no contrato.

11.8 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.9 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 24,1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

11.10 A sanção estabelecida na alínea “d” do subitem 24,1 é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.11 - Nos termos da Lei 14.133/2021 e alterações, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito as sanções previstas na Lei 14.133/2021 e alterações.

11.12 As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo (órgão ou entidade).

11.13 O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente na Prefeitura em relação à contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

11.14 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

11.15 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.16 Quando for constatada a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação contratual, mesmo que parcialmente, o servidor público responsável pelo atestado de recebimento de do objeto, parcial ou total, deverá emitir parecer técnico fundamentado e encaminhá-lo ao respectivo Ordenador de Despesas.

11.17 O Ordenador de Despesa, ciente do parecer técnico, deverá fazer imediatamente a devida notificação da ocorrência ao fornecedor, ao qual será facultada a defesa nos termos da legislação vigente.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

12.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

b) Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

12.1.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

12.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

12.2.1 – O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

12.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

12.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

13. FISCALIZAÇÃO

13.1. A Prefeitura, fiscalizará a execução das entregas, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento.

13.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

13.3. A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de executar o objeto com toda cautela e boa técnica.

13.4. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento de cada uma das etapas da ata, em especial quanto à quantidade e qualidade dos produtos, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente edital.

13.5. Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento da ata, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas na presente ata e na lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações.

14. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

14.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

a) greve geral;

b) calamidade pública;

c) interrupção dos meios de transporte;

d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).





Prefeitura Municipal de Alto Feliz

14.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

14.3 Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

15. DAS RESPONSABILIDADES

15.1 A CONTRATADA responsabiliza-se integral e exclusivamente pelas despesas realizadas durante a vigência da Ata, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributários decorrentes das relações que ajustar com empregados ou prepostos seus, eventualmente utilizados para auxiliar na prestação dos serviços em tela, ou decorrentes de danos por qualquer razão causados a terceiros, sem qualquer responsabilidade solidária do CONTRATANTE, aos quais desde logo, nesta, assegura o direito de regresso contra a CONTRATADA, em vindo a ser solidariamente responsabilizado.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, na forma e valores estabelecidos no edital, na ata de registro de preços e no instrumento contratual;
- b) Fiscalizar o cumprimento da execução do objeto, por meio de servidor designado, podendo rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento ou a instalação em desacordo com as especificações;
- c) Assegurar as condições necessárias para a adequada execução do objeto;
- d) Comunicar formalmente à CONTRATADAS quaisquer irregularidades constatadas na execução.

16.2. DA CONTRATADA:

- a) Realizar o fornecimento dos itens, bem como a instalação dos equipamentos referentes aos itens 2, 3 e 4, de acordo com as especificações, quantidades e prazos constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes da execução do objeto;
- c) Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Responsabilizar-se por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- e) Reparar ou substituir, às suas expensas, os itens que apresentarem vícios, defeitos ou inconformidades;
- f) O prazo para entrega e instalação dos itens será de até 20 (vinte) dias, contados do envio da nota de empenho;
- g) Os itens serão fornecidos de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, devendo a entrega e instalação ocorrer nos locais indicados pelas Secretarias requisitantes;
- h) Em relação ao item 1, o produto será submetido à entrega e aprovação de amostra. Sendo esta aprovada, a Secretaria Municipal de Obras e Viação autorizará a entrega dos demais itens empenhados e indicará a cor desejada do produto;
- i) Em relação aos itens 2, 3 e 4, os itens deverão ser entregues e instalados em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

- j) A garantia seguirá os prazos legais aplicáveis a cada produto;
- k) A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE;
- l) Caso o bem apresente vício ou defeito no período de vigência da garantia, deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos anteriormente fornecidos;
- m) Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição do bem ou peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 48 h (quarenta e oito horas);
- n) Na hipótese de reparação ou substituição, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização provisória pelo CONTRATANTE;
- o) O custo referente ao transporte do item coberto pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

17. DO FORO

17.1 Elegem as partes, independentemente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de Feliz/RS, para dirimir qualquer dúvida ou questão do presente contrato.

18. DAS CÓPIAS

18.1 Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma para o OG;
- b) uma para a empresa registrada;
- c) uma, em extrato, para publicação na Imprensa Oficial; e
- d) uma para o OP.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Administração Municipal, representada pelo OG, abaixo assinado, e pelo(s) Sr.(s) _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade _____, representando a(s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S), tendo como testemunhas o _____ e o _____.

Local, em ____ de _____ de 20__.

Órgão Gerenciador

Representante da Empresa

Testemunha

Testemunha

Assessor Jurídico



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2019-CF78-4F81-1E54

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROBES SCHNEIDER (CPF 603.XXX.XXX-72) em 18/05/2026 16:02:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://altofeliz.1doc.com.br/verificacao/2019-CF78-4F81-1E54>